

UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA A PARTIR DA DIVISÃO DO TRABALHO NAS ESFERAS CAMPO/CIDADE

Gisele Geane Diniz¹

RESUMO

Este artigo visa uma reflexão dos processos que deram início a formação e reprodução social da classe trabalhadora no Brasil a partir da análise do avanço do processo de modernização e seus desdobramentos relacionados ao campo e cidade iniciado no século XIX até os dias atuais. Outro ponto importante de reflexão é o estudo referente aos elementos que circundam o modo de vida da classe trabalhadora brasileira, se tornando assim o objetivo central de análise. A metodologia utilizada é a da pesquisa bibliográfica realizada durante algumas disciplinas do mestrado que serviram de base para este trabalho. Os resultados até aqui encontrados a partir das reflexões e análises sobre a formação e principalmente o modo de vida das classes trabalhadoras brasileiras obtidas até o momento não se esgotam, servindo este apenas como um instrumento de reflexão.

Palavras-chave: classe trabalhadora brasileira; cidade e campo; divisão do trabalho; desenvolvimento desigual do capitalismo; modo de vida

UNA ANÁLISIS DE LA FORMACIÓN Y REPRODUCCIÓN SOCIAL DE LA CLASE TRABAJADORA BRASILEÑA A PARTIR DE LA DIVISIÓN DEL TRABAJO EN LAS ESFERAS CAMPO/CIUDADE

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexión del procesos que dan formación inicial y la reproducción social de la clase obrera en Brasil mediante el análisis de los avances del proceso de modernización y sus consecuencias relacionadas con el campo y la ciudad comenzó en el siglo XIX hasta la actualidad. Otro punto importante a considerar es el estudio acerca de los elementos que rodean a la forma de vida de la clase trabajadora brasileña, convirtiéndose así en el objetivo central del análisis. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica para algunas disciplinas para dominar la base de este trabajo. Los resultados hasta ahora encontrados de las reflexiones y análisis sobre la formación y sobre todo el modo de vida de las clases trabajadoras brasileñas obtenidos hasta el momento no se han agotado, esto sirve como una herramienta para la reflexión.

Palabras claves: clase trabajadora brasileña; la ciudad y campo; división del trabajo; desarrollo desigual del capitalismo; estilo del vida

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo contribuir para uma análise dos processos de formação da classe trabalhadora brasileira a partir do século XIX, identificando importantes aspectos de sua relação com o campo e a cidade, suas formas de integração à sociedade moderna, bem como o modo de vida que lhes é característico nos dias atuais.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados; E-mail: giselemareterra@hotmail.com

A realidade do indivíduo mobilizado na luta pela terra está fortemente ligado a sua complexa trajetória de vida, surgindo então o objetivo deste artigo que buscar analisar os principais elementos que formam uma classe trabalhadora brasileira, ou seja, refletir sobre a relação campo-cidade a partir da reprodução social da classe trabalhadora. O que tem caracterizado historicamente a existência de muitos trabalhadores de baixa renda no país está relacionado nos últimos anos a um intenso movimento entre o trabalho urbano e o rural, bem como à centralidade do papel desempenhado pela família e suas estratégias de reprodução social.

Com a necessidade de considerar a relação campo e cidade, é possível analisar estes dois elementos, concebendo-os como constitutivos de uma totalidade dialética que os engloba. De acordo com Araujo e Soares (2009, p. 202):

A relação cidade-campo é uma temática complexa, polêmica, instigante e muito relevante na ciência geográfica, uma vez que a distinção e delimitação entre a cidade e o campo tornaram-se uma tarefa mais difícil a partir da acentuação das articulações entre esses espaços. [...].

Estes dois elementos constituem meios criados a partir de uma multiplicidade de relações sociais de alcance diferenciado estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e entre estes e a natureza, que dão origem a configurações sociais específicas, conhecidas como ruralidade e urbanidade.

A ruralidade se caracteriza pela predominância de relações pessoais e de forte inscrição local, já a urbanidade, é constituída pelo movimento, pelos fluxos que articulam as localizações, pela territorialidade que é expansão e também extensão. Porém fica claro que estamos longe de um consenso e, mais que isso, que há até mesmo visões extremamente conflitantes sobre o que seja um ou outro, ou mesmo se é possível definir qualquer um destes dois termos.

A seguir serão analisados alguns aspectos importantes relacionados à formação da classe trabalhadora brasileira, que se dá com o avanço do processo de modernização, buscando identificar suas contradições do urbano-rural e relacionando à sua reprodução social e ao seu modo de vida.

A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: DIVISÃO DO TRABALHO

No século XIX, verifica-se a modernização da sociedade brasileira com o desenvolvimento de um mercado interno, a estruturação do Estado-nacional, a transformação

da terra em mercadoria, a abolição da escravidão, a formação da classe trabalhadora etc. Porém Lefebvre (1999, p. 37) afirma que: “A história, portanto, vai do passado distante (original) ao presente”.

O estudo da relação cidade-campo remete-nos à indispensável compreensão de que a contraposição entre esses dois espaços teve origem na Antigüidade, quando se emergiram condições sociais que possibilitaram a produção de excedente alimentar por parte dos povos primitivos, que a partir daí passaram a se dedicar a outras atividades que não a caça e a pesca, predominantes até então. Isso originou uma divisão do trabalho, tanto em termos materiais quanto intelectuais, a qual levou ao surgimento das primeiras cidades e, conseqüentemente, impulsionou o processo de urbanização. Ao campo cabia a função de produção agrícola que pudesse abastecer o crescente contingente populacional das cidades, enquanto que a essas foram determinadas as funções administrativas, políticas, militares e relativas à elaboração de conhecimento. (ARAUJO; SOARES, 2009, p. 204)

A Lei de Terras de 1850 converte a terra em mercadoria e cria a possibilidade de o camponês se transformar em pequeno proprietário. Ao mesmo tempo em que essa a lei liberta a condição camponesa da estreita dependência da fazenda, subjugando o camponês a ela na medida em que será por meio de seu trabalho na fazenda que ele poderá vir a acumular recursos para comprar terra.

O final da escravidão também contribuiu para a redefinição das condições de vida do campesinato. A terra passa a ser o fundamento da dominação e exploração em lugar da relação de servidão e a disputa pela terra passa a opor camponeses e pequenos proprietários.

A vida urbana ganha maior dinamismo com o avanço da economia cafeeira e o crescimento do mercado interno, tornando a cidade gradativamente o lugar da produção. Que, segundo Lefebvre (1999, p. 44): “A produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e corresponde a produção as idéias [...] intimamente misturada à atividade material”.

Contudo, a propriedade da terra não perde importância como fonte de riqueza e poder, e sendo firmadas alianças e compromissos entre as elites agrárias e as elites urbanas em ascensão, muitas delas oriundas das oligarquias rurais.

As elites de caráter rentista são responsáveis pela manutenção da grande concentração de terras no campo e pelo processo de formação de periferias e segregação sócio-espacial que marca o nosso espaço urbano. Configurando os fundamentos da extrema desigualdade social existe.

Sobarzo (2006), fazendo uma análise das afirmações de Lefebvre, considera que:

Numa analogia arriscada, poderíamos pensar no campo e no rural. O campo poderia ser entendido como a base prático-sensível e o rural, a realidade social, mas logo nossa analogia perde sentido porque o urbano não se restringe à parcela da sociedade que mora na cidade. (SOBARZO, 2006, P.58)

Nessa perspectiva, entendemos que o campo e a cidade não podem ser utilizados como sinônimos de rural e urbano, pois, apesar da dependência que se estabelece entre eles pelo fato de, teoricamente, o campo ser a base prática de manifestação do rural e, de forma semelhante, a cidade ser à base de manifestação do urbano, podemos incorrer em um erro ao realizarmos tal associação simplista. Dada à intensidade de relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, a realidade social manifestada e associada a cada espaço (rural e urbano) ultrapassa os limites de cada um, existindo uma influência mútua entre eles. O campo e o rural como sua realidade social, que neste trabalho será considerada como o modo de vida, recebe influências da cidade e sua realidade social urbana, ao mesmo tempo em que influenciam esse espaço.

O início da industrialização e o deslocamento da base da economia do campo para a cidade, verificados com base na acumulação de capitais gerada na economia cafeeira, dão origem a um efetivo mercado de trabalho. Este é caracterizado inicialmente pela forte presença de imigrantes de origem européia, sobretudo italianos, conforme Sobarzo (2006, p. 59): “A industrialização invade a realidade urbana anterior e a transforma, fazendo com que perca os traços que a caracterizavam”. Neste sentido

A extensão do capitalismo com o desenvolvimento da troca, e com ele o do mundo da mercadoria (de sua lógica, linguagem), estendendo-se ao mundo inteiro, também permitiu a generalização da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, cultura e tradições da vida tanto na cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais. Sua extensão no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social; elemento definidor dos conteúdos da prática sócio-espacial, posto que a extensão do capital se realize realizando a lei do valor. (CARLOS, 2004, p. 8)

A abundante disponibilidade de mão de obra durante a expansão urbano-industrial permitiu a manutenção dos salários em níveis baixos. Além disso, o regime de salários deu origem “a uma ampla camada social com capacidade de participar do mercado de bens de consumo corrente e criou novas oportunidades de investimento”. (CANO, 1983, p. 50)

O processo de modernização iniciado no Brasil no século XIX instituiu o individualismo moral ocidental de forma dominante, apesar da sociedade não se modernizar efetivamente em todas as esferas.

A ascensão social torna-se supostamente possível para os indivíduos em geral, bem como o acesso à educação e a melhores oportunidades de emprego. A manutenção de amplos setores da população na condição de pobreza tende a ser vista como resultante do fracasso individual. A modernização seletiva se institucionaliza levando as elites tradicionais a aderirem à modernidade, abandonando os seus dependentes à sua própria sorte.

A desumanização da cidade pelo tempo da mercadoria e do capital financeiro nega a sua herança comunitária de lugar de encontro e de lutas. A cidade torna-se centro privilegiado do consumo em detrimento de seu significado como lugar da política. (MARQUES, 2002, p.107)

Neste sentido, a inserção no mundo do trabalho formal passou a representar o principal meio de acesso à cidadania. Porém na medida em que a legislação trabalhista não se estende ao campo, à cidade a ele se opõe como o espaço da cidadania. Migrar para a cidade passa a representar, então, uma maneira de ampliação das possibilidades. Institucionaliza-se uma cidadania excludente.

Durante o Estado Novo (1937-1945) a sociedade industrial e urbana se consolida com a diversificação da produção e ampliação do mercado interno. Dada à restrição da industrialização a produção de bens de consumo, parte significativa da mão de obra disponível não é absorvida pelos setores ditos modernos da economia, nos quais o trabalhador tinha os seus direitos reconhecidos.

Neste sentido

A análise do mundo moderno impõe a todos o conhecimento do espaço [...] criando as condições através das quais a reprodução da sociedade se realiza. Assim cidade e campo como momentos reais do movimento de realização da sociedade revela os conteúdos da vida. Cidade e campo como momentos da reprodução da sociedade saído da história da industrialização (CARLOS, 2004, p. 135)

O crescimento das cidades e o esvaziamento demográfico do campo se dão com o confinamento de massas despossuídas em grandes bolsões de pobreza. O grau de indignação é tal que, os poucos recursos a elas destinados pelo Estado conferem a este um grande capital político. Verifica-se, contraditoriamente, a disseminação de formas de clientelismo urbano.

Em 1964 ocorre o golpe militar e o endurecimento do Estado em face dos movimentos sociais urbanos e rurais. Trata-se de uma fase de expansão do capitalismo monopolista, das multinacionais, que contou com o apoio de um governo forte para conter a base trabalhadora. Enquanto isso, nos países centrais os trabalhadores alcançavam importantes conquistas políticas, sociais e salariais.

A consolidação do capitalismo monopolista no país resultou na diversificação de um parque industrial e numa maior diferenciação social interna à classe trabalhadora. Forma-se uma classe média constituída por trabalhadores mais bem remunerados, comumente vinculados às grandes empresas.

Com o aparecimento da grande indústria, segundo Engels e Marx, a cidade (e sua capacidade interna-externa de associação, de concentração, de reunião) cessa de aparecer como “sujeito” do processo histórico. A passagem para o capitalismo, da qual a cidade é o suporte social e o veículo, vai apresentar diferentemente o problema do sujeito (e talvez vai fazê-lo desaparecer) (LEFEBVRE, 1999, p. 63)

A industrialização da agricultura gera mudanças nas relações de produção, com a crescente substituição da mão de obra camponesa residente na fazenda pelo trabalhador vindo de fora, contratado de forma temporária, como por exemplo, os bóias-frias, que expressam o resultado do avanço do processo do proletariado no campo.

Sobarzo (2006) expõe um fato importante

Na era agrária existia uma clara divisão entre cidade e campo baseada na divisão do trabalho, sendo possível considerar as cidades como obras pela prevalência do valor de uso sobre o valor da troca, dos costumes dos habitantes sobre a produção. (SOBARZO; 2006, p. 57)

Ao decorrer dos anos a agricultura atravessou dificuldades, gerando o empobrecimento do campo. Dando origem às ligas camponesas e junto com os sindicatos vão ocupar o cenário somente a partir dos anos 1950. A agricultura recupera-se e a grande oferta de trabalho pressiona os salários para baixo, gerando grande insatisfação entre os trabalhadores e contribuindo para o avanço da organização sindical e do movimento operário.

Na década de 1970, observa-se a reorganização dos trabalhadores e o fortalecimento dos sindicatos. O momento de redemocratização do país abriga o crescimento das lutas e mobilizações sociais em geral, seja no campo e/ou na cidade.

Neste sentido

Em sua trajetória errante, o trabalhador brasileiro experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência. Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto à adoção de valores e padrões de consumo urbanos no campo. (MARQUES, 2002, p. 109)

Porém, na década de 1980 são verificadas baixas taxas de crescimento econômico, que causaram o enrijecimento da estrutura social no país, reduzindo as oportunidades de

ascensão social e como resultado deste fato temos o aumento da desigualdade social, dos bolsões de pobreza e da violência e da criminalidade urbanas, o que gera o agravamento da questão social.

Nesta direção a cidade vai ganhando cada vez mais importância como centro de acumulação e do poder político, mas também permitindo a reunião dos poderes que entram em confronto com a lógica da acumulação, revelando os conflitos de uma sociedade de desiguais. Isto porque a expansão do capitalismo se fez às expensas de grande parte da sociedade brasileira que vive nos limites da sobrevivência; produzindo o espaço da segregação. (CARLOS, 2004, p. 9)

Durante a década de 1990 inaugura o processo de abertura do mercado interno às importações, causando a desindustrialização de grandes centros urbanos. Prevalendo a tendência de aumento do desemprego e uma crescente precarização das relações de trabalho, com o crescimento do setor informal, abrigando um número significativo de trabalhadores temporários e subempregados.

Porém, são inúmeras as divisões de qualificação e salário, produzidas por um processo que diferencia e hierarquiza a força de trabalho sob critérios muitas vezes contraditórios.

No entanto, na ausência de uma medida possível de equivalência entre situações diversas, medida esta que só poderia ser dada pelos direitos (medida, portanto, que só poderia existir por referência aos valores de justiça e igualdade), desigualdades e discriminações se pulverizam em diferenciações que parecem corresponder nada mais que aos azares de cada um e às diferenças de vocação, talento, capacidade e disposição para o trabalho (TELLES, 1994, p. 98).

Ao longo das últimas cinco décadas, a pobreza deslocou-se do campo para a cidade, concentrando-se nas metrópoles e tornando-se mais visível. Nestes centros urbanos predominava o aumento da violência e do desemprego, além de precárias condições de acesso à saúde, educação e habitação, com grande parte da população morando em favelas e periferias.

Isso se deve à forma como eles organizam a reprodução de sua existência e ao fato de estes valores se oporem ao domínio da visão de mundo moderna que os coisifica e dá sustentação aos processos de exploração e subordinação a que estão submetidos. (MARQUES, 2002, p. 109)

Outro fator que contribui para o aumento da violência ocorrido devido à falta de perspectivas das camadas pobres e a uma crise de sociabilidade originária do afrouxamento

dos grupos primários que asseguram o controle social deu-se pela crise de valores, moral e ética e pela crise de legitimidade das instituições.

Segundo Marques (2006, p. 179): “O avanço da modernidade capitalista debilitou um conjunto de instituições, gerando uma mistura contraditória entre elementos do tradicionalismo e da modernidade”.

O campo tem abrigado um importante segmento da população sobrando no Brasil. Verifica-se uma tendência de acúmulo de desempregados disfarçados no âmbito da produção familiar e de trabalhadores sem-terra e sem função econômica nas vilas e pequenas cidades.

O campo é um espaço marcado por menos mediações do que o espaço urbano. A maior ou menor intensidade dos laços e relações próximas verificados no primeiro depende, sobretudo de como os grupos sociais que sobre ele atuam se relacionam com a terra. (MARQUES, 2002, p.109)

Entre outros fatores que explicam este processo, não se pode esquecer a cultura de sobrevivência, que, em momentos de crise, impõe a opção pelo lugar mais conhecido, onde se conta com uma rede de relações já estabelecida.

A maior visibilidade da pobreza urbana provavelmente também afeta o êxodo rural, reforçando a sensação de falta de perspectivas e estimulando o retorno ou a permanência no local de origem.

A cidade é vista como um instrumento de construção da identidade do trabalhador. Com a precarização dos vínculos de trabalho esta referência é enfraquecida e a identidade do trabalhador passa a ser menosprezada. E para muitos que se encontram em situações de extrema precariedade, a recuperação da dignidade da condição de trabalhador, longe da violência urbana tem como via a invasão de propriedades tanto no campo como na cidade.

Estes fatos demonstram a presença de trabalhadores de origem urbana nos movimentos de luta pela terra no Brasil. Criando mais um elemento que liga as trajetórias dos trabalhadores do campo e da cidade revelando o complexo processo de proletarização atual. (MARQUES, 2006, p. 180)

Contudo, a unidade familiar camponesa atualmente tem sido responsável por diversas mudanças nas esferas social, econômico, político e cultural, além disso, continua representando a parcela significativa da população trabalhadora no campo e a abrigar desempregados rurais e urbanos.

A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES E O MODO DE VIDA

No marxismo, as teorias sobre a reprodução social enfatizam a prática e a autonomia relativa das diferentes esferas da vida cotidiana e apresentam interesse em questões de ideologia ou hegemonia e nas formas de contestação das mesmas. Segundo Lefebvre (1999, p. 32): “As numerosas considerações emitidas por Marx só tem sentido e importância em um contexto social: a realidade urbana”, deste modo, as análises de Marx sobre reprodução das relações sociais capitalistas geralmente consideram apenas o trabalho assalariado, ignorando as variadas formas de trabalho não contratado ou não remunerado com base numa troca monetária. São exemplos de trabalho não assalariado, o trabalho doméstico, o trabalho camponês, etc.

Diante de todos os fatos colocados no item anterior, à análise sobre como tem se reproduzido a classe trabalhadora brasileira apresenta grande importância.

O campo e a cidade são criados, recriados e alterados pelos indivíduos. Os processos de constituição do trabalhador e de reprodução da classe trabalhadora são processos históricos, envolvendo relações de poder entre vários grupos sociais e também da separação do trabalhador dos meios de produção.

Segundo Castells, os movimentos sociais urbanos produzidos por essas novas fontes de desigualdade possuem potencialidade de realçar a luta da classe trabalhadora por meio da introdução de pessoas que tradicionalmente não estão integradas no conflito contra interesses capitalistas. (GOTTDIENER, 1993, p. 142)

A reprodução social da classe trabalhadora está relacionada à reprodução da força de trabalho, em bases cotidianas e através de gerações, por meio da aquisição e distribuição dos meios de existência. Neste sentido, destaca-se a importância da família como unidade social que agrega membros com e sem renda, desenvolvendo a prática solidária e atividades de auto-subsistência como o plantio de hortas.

No Brasil, as diferentes formas de exploração impostas às classes subalternas do campo têm a sua origem no quadro da propriedade privada e são agravadas pela condição de subordinação sócio-cultural vivenciada por estas populações. Tal subordinação decorre de múltiplos fatores, dentre eles se destaca o limitado acesso à educação formal a que tem sido submetida historicamente a maior parte de nossa população rural, e pode se manifestar por meio da forma impositiva como são inseridos no campo tecnologias e saberes produzidos em contextos sociais externos. (MARQUES, 2002, p.109)

Os trabalhadores empobrecidos do campo e da cidade correspondem a categorias sociais que ocupam diferentes posições em relação ao processo de produção material.

A origem rural de grande parte dos trabalhadores da cidade é um dos fatores que explica as identificações que estes possuem com os trabalhadores rurais. Por um lado, muitos deles se mantêm ligados por meio de vínculos familiares. Por outro, observa-se que valores e tradições do modo de vida anterior são reinterpretados e recriados no contexto urbano, refletindo-se, de diferentes formas, nas práticas e estratégias por eles adotadas em seu dia-a-dia.

A unidade familiar camponesa continua a representar parcela significativa da população trabalhadora no campo e a abrigar desempregados rurais e urbanos. Além disso, tem sido palco de inúmeras mudanças de caráter social, econômico, político e cultural, decorrentes de sua maior aproximação do mundo urbano.

Na cidade, o trabalhador pode passar da condição de operário para a de autônomo ou desempregado. Porém os trabalhadores empobrecidos do campo e da cidade partilham uma situação semelhante em muitos aspectos. Pois ambos, apesar de integrados à estrutura social dominante, em geral não usufruem a sua face “civilizadora”, localizados à margem da ação protetora do Estado e da cidade, bem como à margem do acesso à escolarização. Assim, as categorias e valores da lógica tradicional desses trabalhadores tendem a se tornar referências devido à sua trajetória e também porque se opõem à dominação da ideologia moderna.

No Brasil, em especial, o problema do emprego vem se agravando desde a crise da dívida externa, no início da década de 1980. Porém, a partir de 1990, consolida-se uma tendência de desestruturação do mercado de trabalho, isto é, a presença de altas taxas de desemprego, duas vezes maiores do que as do final da década de 1980. Contudo esta será uma discussão futura, pois deste item podemos desenvolver outro trabalho enfatizando os diversos tipos de políticas existentes e dados empíricos sobre as taxas de empregabilidade nas principais cidades brasileiras ocorridos na última década.

A luta “dos sem terra” se realiza questionando a propriedade que permite “deixar a terra vazia” enquanto uma parcela crescente não tem terra para plantar, logo para viver. Ambas as lutas revelam o processo de deterioração e desintegração da vida colocando em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço enquanto condição de realização da vida seja para a produção do alimento, seja enquanto moradia e tudo o que esta atividade implica para a vida. Revelam, com a luta, a produção segregada do espaço; a privação enquanto produto, as condições da alienação e a luta ambos produto do modo como se realiza a reprodução das relações sociais no Brasil. (CARLOS, 2004, p. 11 e 12)

Desta forma, o espaço é visto, enquanto valor de troca pela generalização da propriedade privada da terra tanto no campo como na cidade. Os indivíduos como os Sem-Terras e até mesmo os “sem tetos” (CARLOS, 2004), são os que mais se destacam neste processo. Também são eles que colocam em evidência, com suas lutas esta contradição, ao levantar a bandeira do “direito à vida”, pois ela só pode se realizar enquanto prática socioespacial. A presença de trabalhadores de origem urbana nos movimentos de luta pela terra no Brasil, também constitui como elemento fundamental das trajetórias tecidas por todos os tipos de trabalhadores (entre campo e a cidade) e evidenciam a complexidade existente no processo de proletarização em curso.

E nesta direção necessita na cidade a moradia como primeira condição para realização da vida e no campo a terra para plantar e morar, são as bases necessárias para a realização da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual fase do capitalismo, marcada pela mobilidade e complexidade social crescente, o trabalho enfrenta um momento crítico, desafiando formas consagradas fundadas no capitalismo baseadas numa perspectiva evolucionista.

A subordinação do campo aos interesses das classes sociais da cidade está relacionada à posição que camponeses e trabalhadores rurais ocupam na sociedade, à função que desempenham na divisão social do trabalho e ao lugar que lhes é reservado como espaço de vida. Da mesma forma, a constituição de periferias urbanas reflete a posição ocupada pela classe trabalhadora e sua reprodução social no quadro geral de reprodução da sociedade capitalista e das relações de poder dominantes no Brasil.

A configuração desses lugares é influenciada por múltiplas relações, incluindo aquelas estabelecidas para além das fronteiras locais, que são mantidos alguns vínculos de solidariedade entre os trabalhadores da cidade e do campo resultando em uma estratégia de reprodução social.

Contudo, ainda é necessário superar alguns limites, como por exemplo, analisar as novas e/ou velhas formas de trabalho existentes, assalariadas e não-assalariadas, e sua relação com o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Servindo como base para a construção de uma teoria capaz de relacionar os processos que se desenvolvem em diferentes

escalas espaço-temporais, pois a dinâmica social imposta atualmente necessita da compreensão dos processos que se desenvolvem em diferentes escalas e suas inter-relações.

Portanto, a instabilidade que marcou a trajetória da classe trabalhadora no Brasil, soma-se a tendência de relações de trabalho e dos custos de reprodução da força de trabalho pelos capitalistas, o que pode se manifestar como formas de precarização do trabalho. Contudo, esta discussão não se encerra aqui, pois este artigo serviu exclusivamente como um instrumento de reflexão e análise e outros elementos devem ser estudados e discutidos obtendo assim um breve resultado do que se espera discutir.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flavia Aparecida V. SOARES, Beatriz Ribeiro Soares. **Relação cidade-campo: desafios e perspectivas**. Campo território, v. 4, n. 7, p. 201-229. fev. 2009.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2 ed., São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.

CARLOS, Ana Fani A. **A questão da cidade**. Mercator. Ano 3, n. 5, 2004.

_____. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula”? In.: **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 129-136

GOTTDIENER, Mark. **O debate sobre a teoria do espaço**. A produção social do espaço urbano. São Paulo, EDUSP, 1993, p. 120-158

MARQUES, Marta I. M. **Entre o campo e a cidade: Formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira**. Agrária, São Paulo, nº 5, p.170-185, 2006.

_____. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, São Paulo, 18(19): 95-112, jul./dez. de 2002.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **Notas sobre a relação campo-cidade: a Geografia da divisão territorial do trabalho**. Geonordeste. Ano XX. N. 1. 2009. Disponível em: <<http://200.17.141.110/pos/geografia/geonordeste/index.php/GeoNordeste/article/view/63>>

SINGER, Paul. **Dimensões da crise econômica**. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 de junho de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/02/dinheiro/4.html>

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefevre. In: SPOSITO, Maria E. B., WHITACKER, Arthur M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 53-64.

TELLES, Vera da S. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: H. H. de S. Martins e J. R. Ramalho (orgs.), **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo, HUCITEC: CEDI/NETS, 1994.